

## NEOLIBERALISMO, NORMA E CONCORRÊNCIA: TEMAS PARA ENTENDER O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL

**Guilherme Magon Whitacker**

Pós-Doutorando. Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)  
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial  
na América Latina e Caribe (TerritoriAL)  
Bolsista FAPESP  
[gwhitacker@gmail.com](mailto:gwhitacker@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

Como bem observou Harvey (2011), as crises são necessárias, pois mantém as contradições internas da acumulação de capital em equilíbrio. Neste processo de tensão entre a retração e expansão do modo de produção capitalista ocorre uma acelerada destruição socioterritorial como resultado direto da conversão dos elementos que compõem os territórios em mercadoria, como escreveu Harvey (2012), pela acumulação por espoliação. Assim, o atual momento de crise não representa uma estagnação do modo de produção capitalista como pretendem alguns, mas sim uma fase inerente de seu processo de reprodução e acumulação representada, na atualidade, pelo neoliberalismo.

Esta característica contraditória, expansionista e retrativa, não é resultado de certa disposição natural deste modo de produção, mas sim das transferências espaço-temporais de investimentos de capitais a fim de garantir a lucratividade que se traduzem pela exploração territorial e provocar o desenvolvimento desigual.

Relacionamos esses processos ao estudo de novas formas de territorialização do modo de produção capitalista, contemplando o conceito de *desenvolvimento sustentável como estratégia para ocultar interesses e premissas neoliberais*. Deste reconhecimento, neste artigo, optamos pela análise da influência de agências neoliberais – especificamente o Grupo Banco Mundial (Grupo BM) – na elaboração de políticas de desenvolvimento rural a partir da análise do *uso do território* pelo setor sucroenergético.

É a partir desta delimitação que tencionamos o exposto, interpretando o processo de expansão capitalista nos territórios por meio da territorialização do modo de produção capitalista e normatização do território via propostas tidas como alternativas de desenvolvimento. Este esforço se dá, principalmente, pela condição de normatização que se impõe aos territórios. Neste sentido, o que pretendemos é relacionar políticas públicas – especificamente voltadas ao setor sucroenergético – a questão da norma e do uso do território a partir de dois aspectos: o primeiro é aquilo que estamos chamando de novos espaços de reprodução do modo de produção capitalista (WHITACKER, 2017) e, o

segundo, a expansão do setor sucroenergético como forma de materialização territorial desse processo. Neste sentido, dois serão os conceitos principais trabalhados neste artigo, o de *norma e concorrência*, ambos a partir, principalmente, do estudo de Dardot e Laval (2017).

Iniciamos o artigo identificando a concorrência como fator de expansão do neoliberalismo a partir da revisão bibliográfica dos autores citados; em seguida, ainda com Dardot e Laval (2017) realizamos uma aproximação – com base em autores da Geografia, tais como Santos (2009), Raffestin (1993), Fernandes (2009) e outros – sobre os processos territoriais advindos da normatização e seus reflexos nos territórios; seguindo, demonstramos a materialização do neoliberalismo e o apelo ao conceito neoliberal de desenvolvimento sustentável pelo setor sucroenergético e; posteriormente, escrevemos sobre o debate entre a produção de etanol e alimentos. Estes elementos que compõem o artigo encontram-se fundamentados a partir da revisão bibliográfica e documental sobre o agente neoliberal que vai estimular a formação de políticas públicas denominadas de desenvolvimento territorial rural sustentável, o Grupo BM.

## **A CONCORRÊNCIA COMO FATOR NEOLIBERAL**

O modo de produção capitalista, visto como processo dialético, possui em seu âmago uma diacronia histórica e geográfica que vem permitindo seu desenvolvimento desigual e contraditório. É por meio desse processo, gerado pelo próprio sistema onde está inclusa toda a economia política internacional, que a capacidade de mutação do modo de produção capitalista se materializa naquilo que representa o cerne do capitalismo, a produção de mais valor. Fato este que ocasionam conflitualidades envolvendo, entre outros fatores, a apropriação, o uso e o controle territorial como estratégia para a territorialização do modo de produção capitalista. Para reafirmar e fazer sobreviver o modo de produção capitalista, o neoliberalismo, por meio de seus agentes, tem que se consolidar nas instituições da sociedade e, assim, nas condutas e nas consciências individuais, implantando “[...] um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 17).

Dardot e Laval (2010) consideram que o neoliberalismo não é uma política de retração do Estado a favor do mercado, portanto, desconsideram a tese segundo a qual o neoliberalismo designa um posicionamento político e econômico que prega o retorno ao liberalismo originário e uma política econômica que consiste em retirar a função administrativa do Estado para abrir espaço ao controle mercantil. Posteriormente, os mesmos autores indicam que o neoliberalismo é uma forma de governança e de intervenção que *depende de uma ação estatal abrangente* de extrema importância para sua concretização. Deste modo, reforçam a sua concepção inicial e contradizem a teoria do

Estado mínimo desconstruindo a perspectiva teórica Keynesiana que defende a autorregulação maquinal do mercado demonstrando, portanto, que o neoliberalismo é inteiramente dependente de um *suporte estatal constante para que a livre iniciativa prospere* (DARDOT; LAVAL, 2017).

Colaborando com este raciocínio, Harvey (2013a) escreveu que no neoliberalismo a função do Estado é:

[...] garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado (HARVEY, 2013a, p. 12).

Diante do jogo dos mercados, marcante na crise atual pela especulação e suas patologias, ainda com Dardot e Laval (2017), situamos o neoliberalismo como um processo, historicamente datado e ideologicamente elaborado, que visa alterar não apenas as instituições e as bases administrativas estatais que controlam a economia política, mas, sobretudo, na estimulação a prática da *concorrência* visando articular a circulação de capitais. Isto porque, muitas das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campo, acabam por privilegiar determinados setores, como o setor sucroenergético, assim, o propósito do neoliberalismo é afirmar a propriedade privada e, com ela, a acumulação insaciável de capital, por meio da prescrição ilimitada da norma e da concorrência.

Para esclarecer estes pontos e fortalecer seus fundamentos, os autores citados escrevem sobre as particularidades das condições históricas em que surgiu o neoliberalismo destacando que o mesmo prevaleceu numa sociedade permanentemente marcada por forte regulação administrativa em vários campos de atividade, devido a práticas administrativas estatais que se fundavam numa fictícia centralidade do interesse geral na definição das políticas, na prevalência do direito público na organização da ação social, na difusão de normas e formas de organização burocrática nos mais diversos setores (DARDOT; LAVAL, 2010). A partir deste raciocínio, segundo os autores:

Para minar e suplantar essa poderosa racionalidade administrativa e burocrática, o neoliberalismo tinha que se constituir como uma forma “total” ou “transversal”, com base em um modelo de relação social que fosse transferível para todas as atividades. Tudo aconteceu como se a passagem de uma racionalidade à outra nova, em virtude de uma lógica que não é a de um mero confronto intelectual, impusesse a essa nova racionalidade que ela viesse a prevalecer mantendo a abrangência e a simplicidade de sua antecessora (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 2, aspas no original).

Ainda de acordo com Dardot e Laval (2017) surge então o questionamento sobre qual relação pode ser estabelecida entre a expansão da lógica de mercado – ou seja, a *concorrência* – com as instituições que não produzem mercadorias no sentido estrito do termo e que não são empresas capitalistas, e a lógica da acumulação de capital que implica sempre na produção de crescentes quantidades de mercadorias.

É preciso, então, supor que a racionalidade neoliberal se caracteriza precisamente pela expansão e fortalecimento da lógica de mercado fora da esfera mercantil. Isto quer dizer que o neoliberalismo *pode ser caracterizado pela transformação da concorrência em forma geral das atividades de produção, especialmente aquelas que produzem serviços não mercantis, e até mesmo das atividades sociais fora da esfera produtiva, ou seja, pela criação de políticas públicas de caráter ideológico*. Portanto, entendemos que primeiro o neoliberalismo atua, por meio de seus agentes, na esfera social para, posteriormente, materializar suas ações mercadológicas.

Por conseguinte, a expansão da *concorrência*, enquanto base material da lógica mercantil, não procede da ação oculta de supostas leis imanentes da produção capitalista como algo natural deste modo de produção, algo que a concorrência veio impor a cada capitalista individual sob a forma de um constrangimento externo. Muito ao contrário, ela é o efeito de práticas, técnicas e discursos que generalizam aquilo que no jargão gerencial é chamado de *melhores práticas* e, portanto, vem homogeneizar para toda sociedade certas maneiras de fazer e de ser de forma, portanto, não natural.

Este apontamento leva a uma apreciação do conceito de *concorrência*, pois isto permite compreender melhor o que os autores propõem. O saber segundo o qual a concorrência é essencial ao funcionamento do modo de produção capitalista como um sistema que estimula o comércio pode ser interpretado, dentre outros, pelo pensamento de Karl Marx, que teve o mérito de tê-lo afirmado contra a economia clássica que considerava a concorrência como uma simples condição do funcionamento harmonioso das trocas de mercado. O essencial, para Adam Smith e David Ricardo, por exemplo, encontrava-se além do mercado, ou seja, na complementaridade implícita da divisão das tarefas, cerne da divisão do trabalho, com a regra de equivalência que regula as próprias trocas.

Karl Marx, ao longo de seus trabalhos, apreendeu com clareza a lógica própria que a concorrência imprime a todo sistema capitalista. Longe de garantir uma coordenação espontânea das atividades que supostamente beneficia a todos, esta lógica gera uma *instabilidade crônica e crises recorrentes*. Em uma passagem de *A Miséria da Filosofia* (MARX, 2017), o autor corrigiu a definição de Pierre-Joseph Proudhon, que definiu a concorrência como emulação para a indústria. Para Marx (2017):

A concorrência não é emulação industrial, é a emulação comercial. Em nossos dias, a emulação industrial só existe em função do comércio. Há mesmo fases na vida econômica dos povos modernos em que todo o mundo é tomado de uma espécie de delírio para fazer lucro sem produzir. Esse delírio de especulação, que retorna periodicamente, põe a nu o verdadeiro caráter da concorrência que busca escapar à necessidade da emulação industrial (MARX, 2017, p. 166).

Nesta perspectiva está a subordinação da indústria ao comércio, a concorrência se impõe a todos os agentes da produção: produz-se, assim, para vender a um preço melhor do que os dos concorrentes, com o fim de extrair o maior lucro possível.

Essa referência autoral permite pôr em destaque uma das formas principais da concorrência no sistema capitalista: a concorrência de preços. Neste sentido, é preciso esclarecer que o neoliberalismo, obviamente, não acaba com a concorrência de preços, mas, dá lugar a uma nova forma de concorrência por meio da inovação, seja técnica, ou mesmo, ideológica e, é precisamente neste sentido que situamos as políticas públicas de *desenvolvimento rural sustentável*, pois estas permitem, por meio de um poderoso aparato discursivo, situar determinadas empresas no mercado que, cada vez mais, recorre a este apelo para mascarar suas reais intenções e concorrer no mercado.

A partir deste ponto destacamos que o neoliberalismo, por seu fator de concorrência, gera, também, o desenvolvimento desigual de territórios. Harvey (2013a) escreveu que:

A competição entre territórios (Estados, regiões ou cidades) com respeito a quem tem o melhor modelo de desenvolvimento econômico ou o clima de negócios mais favorável era relativamente insignificante nos anos 1950 e 1960. Esse tipo de competição veio a existir nos sistemas de relações comerciais mais fluidos e abertos instaurados depois de 1970. O progresso geral da neoliberalização viu-se por conseguinte cada vez mais impelido por mecanismos de desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2013a, p. 97).

Assim, consideramos que, da maneira como vem sendo proposto, articulado e materializado, o desenvolvimento sustentável se apresenta como uma estratégia concorrencial neoliberal apoiada na *lógica territorial de domínio capitalista*, este aspecto será melhor debatido no item seguinte.

Para Santos (2009), pode ser objeto de investigação o uso dado ao território, por exemplo, por políticas públicas, neste sentido, o território é usado na ação governamental para condicionar determinadas políticas públicas. Os diferentes usos do território, os modos como estes usos são feitos e quem o utiliza são aspectos reveladores das relações estabelecidas tanto no plano econômico quanto social e político. Indicam, portanto, muito mais que questões perceptíveis apenas no plano visual, pois demonstram

intencionalidades, dinâmicas e interesses dos diversos agentes que atuam no território, como no caso que demonstraremos, do Grupo BM.

Portanto, os territórios devem ser entendidos como resultado das relações sociais, produto social, não como palco de acontecimentos fisicamente delimitado por normas, pois isto permite contribuir para as transformações de antigas definições – sobre o conceito de território – e recuperar maior protagonismo, na Geografia, a partir de trabalhos sobre a territorialidade (RAFFESTIN, 1993), processos de territorialização e desterritorialização (OLIVEIRA, 2004; SAQUET, 2007; HAESBAERT, 2012) e normatização do território (STEINBERGER, 2013) com análises eminentemente geográficas, vinculadas a dinâmica territorial, integrada a realidade espacial total, onde se encontram inseridas as complexas dinâmicas de territorialidades, entendidas como processos diferenciadores de múltiplos territórios que coexistem (FERNANDES, 2009) em um mesmo movimento unitário do processo de produção do espaço.

Como demonstraremos a seguir, tais elementos têm sido descaracterizados pela imposição da subjetividade neoliberal que tem sido aplicada, até mesmo, na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento para o campo.

## **O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL COMO NORMA E ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO NEOLIBERAL**

A razão pela qual consideramos o neoliberalismo como uma fase histórica do modo de produção capitalista não está posta unicamente na conquista de *novos territórios* ou pela criação de *seus próprios espaços de reprodução e acumulação*. Certamente, este é o modo clássico da acumulação capitalista, tal como foi analisado por Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, John Hobson e outros. Mas, o modo de produção capitalista se expande, também, de outra maneira, pela *difusão de um sistema de normas de ação*.

Este sistema de normas ultrapassa largamente aquele da empresa para abraçar, por meio de um processo de ligações cruzadas, múltiplas instituições e relações sociais. Longe de ser, como se acredita, um obstáculo à extensão da lógica do mercado, o Estado tornou-se um de seus principais agentes, se não o seu principal vetor. [...] Por isso, é perfeitamente inepto pensar essa transformação nos termos convencionais como se viesse para limitar a intervenção governamental: ela não vem para limitá-la, mas, em certo sentido, vem para estendê-la, ou melhor, vem para transformar o Estado e para expandir a lógica do mercado (DARDOT; LAVAL, 2010, p. 3).

Buscando contrapor estas normatizações, do território e do desenvolvimento sustentável, encontramos em autores e pesquisadores que trabalham na vertente crítica da Geografia o arcabouço teórico que nos permite entender o uso do território a partir de relações de poder e da conflitualidade impostas pela normatização.

Os territórios compreendem relações de poder que se expressam em nosso período por uma sociedade que age determinada pelos agentes que controlam a reprodução do modo de produção capitalista, seja em forma de resistência ou articulação com este, seja pelo processo de territorialização do modo de produção capitalista ou pela normatização do território. Especificamente em relação ao processo de normatização dos territórios rurais, Steinberger (2013) explicou que:

O Estado, junto com os agentes e os atores sociais que os representam, detém o poder de intervir não sobre o território em si, e sim sobre como o território é usado. Esse poder de intervenção está ligado ao fato de as políticas públicas mais do que implementadas no território, indicam, direcionam e redirecionam os usos do território, evidenciando o potencial político da categoria “território usado” (STEINBERGER, 2013, p. 63, aspas no original).

Na materialidade, podemos compreender o processo de normatização do território pelos agentes capitalistas nas formas impostas pelo Grupo BM em relação à implementação e formas de execução de determinadas políticas públicas, pois, o Estado, ao aceitar as recomendações técnicas do Grupo BM submete trabalhadores rurais a relações de subordinação, ainda que de forma indireta devido ao apelo humanitário e genérico que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo. Deste modo, Estado e Grupo BM se tornaram parceiros na expansão do modo de produção capitalista, pois: “O Estado é essencial para o desenvolvimento econômico e social, não como promotor direto do crescimento, mas como parceiro, catalisador e facilitador” (Grupo BM, 1997, p. 1).

Logo, e não contraditoriamente, faz-se necessário colocar que, neste caso o território em evidência é um território capitalista, ou seja, permanecem as relações de dominação, subordinação e espoliação. Neste sentido o território se constitui como uma fração apropriada e controlada por agentes externos. Assim o modo de produção capitalista não se territorializa, mas sim, adequa aos seus interesses a renda da terra gerada, e posteriormente a renda do trabalho não pago da unidade familiar, que é sorvido e subordinado às necessidades e aos interesses do capital. Ponderamos ser importante destacar que a maior parte das ações de financiamento realizadas pelo Grupo BM são ações que visam o controle fazendo uso concomitantemente da territorialização do modo de produção capitalista – no caso do setor sucroenergético – e da normatização do território – por meio de políticas públicas.

O Estado, ao introduzir a dimensão territorial em políticas públicas de desenvolvimento rural a partir de recomendações do Grupo BM, não leva em consideração a questão das relações de poder que, segundo Raffestin (1993) são intrínsecas aos territórios, este fato provoca uma descaracterização dos territórios, levando-os a serem entendidos como áreas delimitadas fisicamente e aptas a intervenções pré-determinadas,

Dessa forma, o Estado atende a recomendações de agências que atuam diretamente ou indiretamente na reprodução do modo de produção capitalista, como o Grupo BM, realizando ações no intento de permitir ganhos cada vez mais significativos com o capital aplicado.

A agricultura industrial fundamentada em monoculturas voltadas a exportação, favorece ações para apropriação de territórios pelo agronegócio. A compreensão destes fatos, que se expandem na ordem econômica espacial de tendência mundializante cujas formas têm assumido padrões de funcionamento e de racionalização técnica, articulado à lógica da expansão e acumulação capitalista, tem significação contundente quando se aborda questões relativas à proposição de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural. Isto porque o território emerge como *locus* de práticas normativas que incidem, por meio de eventos, sobre distintas áreas modificando as formas produzidas por forças econômicas e políticas, territorialmente consubstanciadas por meio de um processo dominante que Raffestin (1993) define como o trunfo do poder, o domínio da população e do território: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 58) Faz parte da lógica do modo de produção capitalista transformar em mercadoria tudo aquilo que está ao seu alcance e, sobretudo, o que fornece sua capacidade de produção e reprodução, sua fluidez. Deste modo, os territórios jamais ficariam fora deste processo, seja por sua potencialidade de fornecer matéria prima bruta ou de potencial energético ou, ainda, como substrato territorial. Portanto, buscando uma interpretação sobre essas formas de poder e controle sobre o uso dos territórios, ponderamos que as agências de fomento internacional utilizam a proposta de desenvolvimento sustentável vinculada a políticas públicas de desenvolvimento territorial rural que enquadraram distintos territórios em normas, desde sua lógica expansionista, visando assegurar o provento contínuo de recursos para seu processo produtivo.

Deste modo, o Estado, por meio de políticas públicas, passa a estimular segmentos agroindustriais a adotar a perspectiva de desenvolvimento territorial rural sustentável almejando a certificação internacional, direcionando suas ações para a concorrência mercantil devido ao atrativo para o consumidor do produto, dito, ecologicamente correto.

Incorporado a setores agroindustriais, a proposta de desenvolvimento territorial rural sustentável defende os privilégios e o capital daqueles que representam estas situações em busca de lucro e da produção ampliada. Dentro desta concepção o que se pretende é estender a normatização financeira sobre a apropriação, uso e controle territorial, por mecanismos de mercado articulados a economia verde.

Neste raciocínio, os territórios se encontram de tal forma imbricados no modo de produção capitalista, que o almejado desenvolvimento territorial rural sustentável não escapa de sua lógica. Portanto, as recomendações do Grupo BM são entendidas aqui como

formas de se difundir o neoliberalismo, dentre outras formas, pela normatização do território e, este fato, fundamenta o uso do território enquanto substrato e podemos analisar este processo considerando ainda que o desenvolvimento territorial rural sustentável venha sendo reproduzido por meio de políticas públicas que consideramos compensatórias, Fernandes (2015) acrescenta que:

As palavras política pública podem ser compreendidas de acordo com as premissas selecionadas. Quando utilizamos a expressão política pública, estamos nos referindo a um programa, projeto ou plano de desenvolvimento elaborado pelos governos ou por estes com organizações da sociedade civil que transformam espaços e territórios. A partir deste pensamento, as políticas públicas são elaboradas em determinados espaços e territórios por instituições públicas e privadas que defendem diferentes modelos de desenvolvimento do país. Além da relação entre as instituições, seus espaços e territórios, temos políticas públicas elaboradas de cima para baixo, ou seja, a partir de um setor do governo para atender uma demanda da população, sem contar com sua participação. Também são elaboradas políticas públicas de baixo para cima, que conta com ampla participação da sociedade organizada (FERNANDES, 2015, p. 393).

O controle territorial por meio de políticas públicas compensatórias imprime transformações. É fato que a apropriação, o uso e o controle territorial ampliam a distinção entre as classes sociais e, deste domínio da relação social desigual, surgem benefícios e prejuízos. As supostas soluções ao desenvolvimento desigual são apresentadas e impostas na forma de discursos ideológicos denominados de recomendações para a execução de políticas públicas por agências multilaterais, como o Grupo BM, e são normativas. Busca-se, através destas, solucionar a questão sobre a recuperação de recursos naturais de forma que as estruturas de classe da sociedade atual não sejam alteradas e haja uma valorização econômica de tais recursos com vistas à acumulação e reprodução de capital ampliando a alienação entre a sociedade e a natureza. Assim, temos a materialização de um pensamento que reconhece os problemas do desenvolvimento predatório, mas não caracteriza um ideal de descentralização de poder e capital.

A normatização imposta é caracterizada por práticas que fortalecem o processo de mundialização do modo de produção capitalista por meio da escala de atuação, segundo a força de quem os gerou. Nesse sentido, sistemas de ações como agências de fomento internacional, como o Grupo BM, podem produzir eventos e esses produzirem normas que irão conduzir padrões de desenvolvimento em distintas nações. E são as normas – políticas, técnicas e organizacionais – que orientam as ações humanas e conduzem a forma como um conjunto de ações irá ocorrer. Como escreveu Santos (2009):

[...] existem ações capazes de ter efeitos de abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos

níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes (SANTOS, 2009, p. 143).

Neste contexto estão inseridas as políticas públicas e consideramos que estas deveriam ser articuladas a partir de aspectos sociais desenvolvidos por determinada sociedade em consonância com o sistema de significações que é próprio de determinada realidade. Porém, os agentes políticos internacionais não são marionetes das forças econômicas e sociais locais, como escreveu Peet (2007):

[...] as ideias por trás das práticas institucionais, tais como elaborar e implementar políticas, não são concebidas de forma neutra, como finge a ciência, nem são elas pensadas no interesse de todos, como espera o humanismo moderno, mas, ao invés disso, políticas são feitas para servir aos interesses político-econômicos dominantes (PEET, 2007, p. 23).

As normas impostas e difundidas estrategicamente pelo Grupo BM não são implementadas mecanicamente, existe uma complexa engenharia social que permeia este processo de acordo com as relações de poder que se estabelecem no campo de formulação das políticas públicas na atualidade.

Considerando que o Estado é gerado pelas contradições da sociedade, é possível escrever que as políticas públicas deveriam ser formuladas nas (e a partir das) lutas de classes pela defesa de seus interesses, e não a partir de imposições de agentes financeiros internacionais muitas vezes externos e alheios a essência de questões locais. Portanto, a normatização do território por meio do desenvolvimento sustentável é analisada como produto tecnicamente concebido que não leva em consideração o protagonismo de pessoas que, sem notarem, vivem em caráter subalterno em relação ao sistema hegemônico do capitalismo.

Isto significa que, na perspectiva do desenvolvimento territorial rural sustentável, devemos ter em mente a intencionalidade com que a mesma foi planejada e possibilitou sua legitimidade. O que nos importa compreender para considerarmos o desenvolvimento territorial rural sustentável como estratégia para a reprodução do modo de produção capitalista não é o estudo sobre a sua delimitação conceitual, mas sim a sua materialidade, portanto, o que verificamos é *o seu uso no território*.

Deste modo nos detemos sobre a verificação da materialidade do desenvolvimento sustentável no território a partir da interferência estratégica do Grupo BM na expansão do setor sucroenergético por meio da influência direta desta agência de fomento internacional na elaboração, implementação e execução de políticas públicas a partir dos escritos de Fernandes (2008).

Nas abordagens territoriais predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição de território por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então sua mais cara propriedade: as relações de poder (FERNANDES, 2008, p. 278).

Com isto, demonstramos, por meio da análise da expansão do setor sucroenergético, baseado no discurso do desenvolvimento territorial rural sustentável, que este atua, na verdade, como instrumento ideológico voltado a reprodução neoliberal sendo, portanto, incapaz de atenuar as diferenças na relação entre a sociedade e a natureza contrariando sua própria concepção.

## **O SETOR SUCROENERGÉTICO: A MATERIALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO PELO USO DO TERRITÓRIO E O APELO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Na atualidade, de acordo com Houtart (2010), vivemos um período de déficit energético. Para o autor, o desenvolvimento capitalista continuará em expansão a partir de fontes energéticas suficientes para garantir a ampliação da produção e do consumo. A elevação dos padrões de consumo, impulsionada pela volatilidade de capitais, somente pode ser satisfeita se estiver a disposição recursos naturais, em quantidade e qualidade suficientes, para que a produção, a circulação e o consumo de bens industrializados se realizem nos mais variados contextos, o que coloca determinados recursos naturais, cada vez mais, como alvo de cobiça e disputa entre povos e nações (HOUTART, 2010).

O déficit energético, o alarde sobre a escassez e degradação de determinados recursos naturais e a crise econômica que se estende desde a década de 1970, são fatos que justificam a realização de investimentos em setores que se apresentam como potencialmente capazes de garantir alternativas a estes impasses e, o setor sucroenergético, de acordo com Goldemberg (2007), Sachs (2007; 2004) e Veiga (2005), possui características capazes de atender essas demandas tendo em vistas a concorrência internacional e, também, o aceite nacional, da proposta que faz parte desse suposto modelo de desenvolvimento, o sustentável.

De acordo com seus defensores, este setor se apresenta como potencialmente capaz de incorporar a produção de etanol à matriz energética mundial, por sua característica de combustível renovável e pela possibilidade de sua produção a partir de diferentes matérias-primas. O setor sucroenergético brasileiro, neste contexto, foi impulsionado à expansão.

O Brasil é um dos países que se encontra em estágio mais avançado na busca por fontes energéticas limpas. A competitividade do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar no Brasil é significativamente maior do que a dos demais produtores, destacando-se em relação ao etanol de milho dos EUA, tanto na questão dos custos de produção, como do balanço energético. O sucesso do setor e a tendência de crescimento da área destinada à atividade canavieira, bem como o aumento de sua demanda por trabalho, têm suscitado preocupações e mitos. O principal deles refere-se à preocupação quanto à disponibilidade de terra agricultável no país que possa abrigar a expansão da cultura da cana-de-açúcar e, aliada a esta preocupação, o mito de que a expansão se fará em terras hoje empregadas na produção de alimentos, o que pressionará o preço destes com impactos negativos sobre a distribuição de renda (CHAGAS; TONETO-JÚNIOR; AZZONI, 2008, p. 57).

O setor sucroenergético conta com apoio estatal desde o início de suas atividades e passou a ser contemplado formalmente por políticas públicas após a década de 1930, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Desde então, o Estado vem participando ativamente do setor por meio de seus órgãos de gestão. Como forma de incentivar o setor sucroenergético, o IAA, junto ao governo federal, criou o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar – (PLANALSUCAR) para renovar as variedades de cana produzidas no país.

A atuação do IAA na criação e execução de políticas públicas setoriais pode ser identificada através da elaboração de planos e programas, além do já mencionado PLANALSUCAR, são exemplos, o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971), o Programa de Apoio a Agroindústria Açucareira (1973) e o Programa Nacional do Alcool (1975). Ainda na década de 1970, a partir dos desdobramentos economicamente positivos da união entre indústria e agricultura, o Estado brasileiro, por meio do IAA, criou o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) (1975-1985), como forma de aumentar a produção de etanol e incentivar o seu uso.

Sobre a participação financeira do Grupo BM, é importante notar que, em relação a políticas de desenvolvimento rural seu apoio já é, há tempos, significativo, desde a influência sobre o processo de descentralização até a institucionalização de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável no Brasil (WHITACKER, 2017), mas, e em específico em relação à consolidação do setor sucroenergético brasileiro, esta agência de fomento também contribuiu para sua formação e inserção no mercado internacional.

The time period studied overlapped with the Brazil Alcohol and Biomass Energy Development Project funded by the World Bank from 1981 to 1987. The main objective of the loan, amounting to more than US\$ 200 million, was to support Proálcool to develop an economic, renewable liquid fuel energy source to substitute for imported gasoline (WORLD BANK, 2005, p. 117).

De acordo com Goldemberg (2007) a estratégia de inserção no mercado internacional relaciona-se, também, ao papel desempenhado pelo aprimoramento das chamadas tecnologias de geração de energia limpa, com a implantação de ciclos a vapor mais avançados dentro das unidades sucroalcooleiras.

Para se destacar no debate sobre o desenvolvimento sustentável e ser reconhecido internacionalmente, é enfatizado por autores, como, por exemplo, Sachs (2005; 2007) e Veiga (2005), dentre outros, que o setor sucroenergético é capaz de ampliar suas ações em torno do desenvolvimento sustentável.

## **O DEBATE EM TORNO DA PRODUÇÃO DE ETANOL E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS**

Amparado pelo discurso do desenvolvimento sustentável e pela *concorrência* internacional, o setor se manteve estável durante as décadas de 1980 e 1990, porém, na década de 2000, no momento em que a produção nacional de etanol se encontrava em ascendência devido às leis americanas e diretivas europeias sobre uso de biocombustíveis em sua matriz energética, um elemento não previsto surgiu como ameaça significativa. A suposta capacidade de colaboração ao desenvolvimento sustentável, tratava-se da controvérsia entre a produção de combustível e a de alimentos, impulsionada pelo aumento global do preço dos alimentos em 2008.

Governos, empresários, acadêmicos, movimentos sociais e o público em geral viram-se confrontados com questionamentos sobre a expansão do setor. A argumentação a favor ou contra os biocombustíveis ficou cada vez mais acalorada e as consequências fizeram-se sentir. Sobre este aspecto, o World Bank (2008) se posiciona questionando a relação entre a expansão do setor sucroenergético e o aumento dos preços de alimentos argumentando, dentre outros fatos, que a elevação dos preços se deu por conta do aumento do custo da produção energética.

Rising production of biofuels has important implications for food security in many developing countries. Sugar's importance in food consumption is limited because it does not contain vital nutrients and is not used as animal feed. In contrast, diversion of maize and oil seeds to the biofuel sector has had a significant effect on global food prices in recent years. The link between the rising demand for biofuels and surging food prices has prompted a debate about the potential conflict between food and fuel. Among the statistics cited is that it takes the same amount of grain to fill a sport-utility vehicle's tank with ethanol as it does to feed one person for a year. Rising energy prices, among several factors, have contributed to food price increases, but bio fuel production has also pushed up feed stock prices. [...] The increased demand for feedstock crops by biofuel industries, by some estimates, has accounted for about 20 percent of the overall increase in real rice and wheat prices and around 40 percent for maize from 2000 to 2007. Rising food prices have hit many food importing countries hard, causing significant welfare losses for the poor, many of whom are net buyers of staple crops. In the near term, cereal supply is likely to remain

constrained. Prices are subject to upward pressure from further supply shocks. However, unless there is another major surge in energy prices, the pace of increases in feed stock prices hould ease over the long term. Farmers Will respond to higher prices by increasing the planted areas and supply of the sefeed stocks (WORLD BANK, 2008, p. 75).

No Brasil, o setor sucroenergético rapidamente sentiu os impactos desta nova conjuntura e fez tentativas para derrubar os argumentos contra o setor. A União das Indústrias Canavieiras (UNICA) obteve uma significativa vitória quando a United States Environmental Protection Agency (EPA), em 2010, classificou o etanol brasileiro como combustível avançado, considerando o potencial de redução na emissão de CO<sup>2</sup> e, deste modo, fortaleceu a inserção nacional no mercado norte-americano, já que a EPA estabeleceu que o etanol brasileiro reduziria a emissão de gases de efeito estufa em 62% com relação à gasolina.

Apesar dessa vitória, os questionamentos continuaram sobretudo na União Europeia onde o entendimento, para muitos, era que, embora os canaviais não se expandissem causando novos desmatamentos, por exemplo, eles estariam empurrando outras atividades (como a pecuária e a sojicultura) para o Bioma Amazônico e para o Pantanal, causando mudanças no uso da terra e danos aos recursos naturais (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010).

A UNICA, a época, ameaçou levar à União Europeia ante a Organização Mundial do Comércio (OMC), caso o bloco continuasse a aplicar restrições ao comércio de etanol (consideradas como uma barreira não tarifária) sobre bases facilmente contestáveis (UNICA, 2010) em relação ao debate sobre a expansão do setor sucroenergético e a produção de alimentos. Visando amenizar este debate e, ponderamos, potencializar o setor sucroenergético, em 2008 surge a proposta sobre o Indirect Land Use Change (ILUC), tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Essa proposta (ILUC) prevê que o aumento de produção de biocombustíveis, em um determinado país, pode levar à redução da sua área de produção de alimentos. Em consequência, como a demanda pelo produto original se mantém, outra área com uso não agrícola é convertida para a agricultura.

Em 2014, o Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudança Climática (IPCC), embasado por estudos encomendados para este fim, divulgou o relatório Renewable Fuel Standard Program (IPCC, 2014) no qual afirma que o debate ao redor das mudanças indiretas no uso do solo, com relação aos biocombustíveis, carece de fundamentação adequada e não pode ser verificado empiricamente que exista uma conexão entre a produção de biocombustíveis e a substituição de lavouras alimentares e/ou desmatamento de regiões florestais.

The nature and extent of the impacts of implementing bioenergy depend on the specific system, the development context, and on the size of the intervention (Section 11.4.5). The effects on livelihoods have not yet been systematically evaluated in integrated models (Davis et al., 2013; Creutzig et al., 2012b; Creutzig et al., 2013; Muys et al., 2014), even IF human geography studies have shown that bioenergy deployment can have strong distribution all impacts (Davis et al., 2013; Muys et al., 2014). The total effects on livelihoods. Will be mediated by global market dynamics, including policy regulations and incentives, the production model and deployment scale, and place-specific factors such as governance, land tenure security, labour and financial capabilities, among others (Creutzig et al., 2013) (IPCC, 2014, p. 883).

Esta publicação do IPCC pode ser considerada como significativo apoio à tese brasileira, amparada pelos grupos corporativos e o governo, sobre o potencial de desenvolvimento sustentável do setor sucroenergético levando em consideração a necessidade de este setor manter seu potencial de produção e exportação. Neste cenário de controvérsias, o governo brasileiro impulsionou uma iniciativa tendente a contestar os questionamentos levantados contra os impactos da expansão do setor sucroenergético, cuja promoção internacional ocupou um lugar central na agenda neoliberal do segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Em 2009 é lançado o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar para a produção de etanol e açúcar no Brasil (ZAE), com a finalidade de “[...] fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando o ordenamento da expansão e a produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro” (MANZATTO, 2009, p. 8).

O ZAE levou em consideração a vulnerabilidade das terras, o risco climático, o potencial de produção agrícola e a legislação vigente para discriminar quais áreas seriam aptas para a expansão da lavoura canavieira, deixando por fora aquelas com declividade superior a 12% (não aptas para colheita mecanizada), as áreas com cobertura vegetal nativa, os biomas Amazônia e Pantanal, terras indígenas e a Bacia do Alto Paraguai. As áreas indicadas para a expansão estariam compreendidas em áreas de produção agrícola intensiva e semi-intensiva, lavouras especiais (perenes, anuais) e pastagens. Para Manzatto (2009) dentre as principais conclusões das pesquisas, conduzidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA,) destaca-se a seguinte:

As estimativas obtidas demonstram que o país dispõe de cerca de 64,7 milhões de ha de áreas aptas à expansão do cultivo com cana-de-açúcar [...] As áreas aptas à expansão cultivadas com pastagens, em 2002, representam cerca de 37,2 milhões de ha. Estas estimativas demonstram que o país não necessita incorporar áreas novas e com cobertura nativa ao processo produtivo, podendo expandir ainda a área de cultivo com cana-de-açúcar sem afetar diretamente as terras utilizadas para a produção de alimentos (MANZATTO, 2009, p. 7).

Desta forma, o governo colocava-se à frente dos questionamentos, elaborando e divulgando estudos técnicos que justificassem a defesa do setor em relação à questão da produção de alimentos e também reconhecia o apoio do setor sucroenergético ao desenvolvimento sustentável. Por meio deste mecanismo político neoliberal foram elaboradas as bases para que o governo brasileiro continuasse com a defesa e promoção do setor sucroenergético e a produção de etanol no cenário internacional, estabelecendo critérios territoriais e estruturando as atividades setoriais a partir de práticas tendentes a eliminar o efeito ILUC, neutralizando em parte os argumentos da União Europeia e dos Estados Unidos.

Houve neste momento uma clara compreensão entre os produtores e suas organizações representativas da necessidade de fortalecer este discurso e potencializar suas práticas para o *desenvolvimento sustentável como estratégia neoliberal de concorrência* para o mercado internacional, na medida em que este se torna o cerne do discurso empresarial.

Não restrito a este setor, na defesa da produção de etanol, é possível considerarmos que grande parte dos investimentos registrados a partir de 2008, quando se acelerou o processo de fusões e aquisições no setor, foi possível graças ao ZAE, pois foi este o instrumento político que garantiu aos investidores que não haveria problemas na comercialização internacional de um produto anteriormente rejeitado por questionamentos relativos à preservação de recursos naturais.

A “saída”, portanto, seria estimular um tipo de empreendedorismo capaz de gerar empregos e, simultaneamente, conservar a biodiversidade. Os empreendedores são os principais agentes da mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam, e aplicam as inovações. Ao procurarem identificar as potenciais oportunidades de negócios e assumirem os riscos de suas apostas, eles expandem as fronteiras da atividade econômica. Mesmo que muitos não tenham sucesso, é sua existência que faz com que uma sociedade tenha constante geração de novos produtos e serviços (VEIGA; EHLERS, 2009, p. 17, aspas no original).

Goes e Marra (2002) escreveram que o cultivo e expansão do setor sucroenergético era caluniado por movimentos de proteção aos recursos naturais e que o desenvolvimento sustentável do setor é um fator real. Segundo os autores:

Entre as várias evidências que podem ser apresentadas para derrubar essa falácia criada por fortes lobbies internacionais sobre os pseudos malefícios atribuídos à produção dos biocombustíveis (tendo como foco o etanol brasileiro) e da expansão da cultura da cana-de-açúcar destacamos as seguintes: dados do IBGE sobre a disponibilidade e ocupação de terras agricultáveis com as várias culturas e inclusive com cana-de-açúcar, mostram que existe área disponível para aumentar 30 vezes a área atual plantada com cana-de-açúcar sem prejuízos ambientais ou substituição de áreas destinadas à produção de alimentos; de acordo com a estimativa

mais recente do IBGE o Brasil vai colher em 2008 144,3 milhões de toneladas de grãos (a maior safra até hoje colhida ); a elevação do preço das commodities no mercado internacional, é uma consequência direta da elevação exagerada do preço do petróleo, que em pouco tempo saltou de 30 para 130 dólares o barril continuando a sua escalada de preço, já chegando praticamente a 140 dólares; a baixa verificada nos estoques mundiais de alimentos deve-se ao aumento da renda e portanto do consumo em alguns países, com China e Índia e perdas de safra em virtude de problemas climáticos ocorridos na Austrália e na Europa Central. Mas, o ponto fundamental a ser considerado é a sustentabilidade interna da cana-de-açúcar. O melhoramento genético é a grande ferramenta para garantir a sustentabilidade da cultura da cana. Ele reduz custos, traz eficiência e aumenta a produtividade. O equilíbrio entre a sustentabilidade e produtividade da cana acontece por meio de novas variedades de plantas adaptáveis às condições de cada região (GOES; MARRA, 2002, p. 2).

Neste mesmo sentido e buscando incentivar o setor, a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) publica, em 2014, estudo onde indica que:

[...] é largamente conhecida a contribuição positiva, ao meio ambiente, da produção de biocombustíveis produzidos com base na cana-de-açúcar, atestados internacionalmente. Práticas reconhecidamente nocivas, como o despejo de vinhoto nos rios, são coisas do passado (EMBRAPA, 2014, p. 18).

Sobre esta polêmica, Sachs (2007) escreveu que:

Seja como for, está no auge a controvérsia sobre os limites e as perspectivas da agroenergia, contestada e até mesmo combatida por certos ecologistas. Eles imaginam que a agroenergia privará o agroalimentar de superfícies indispensáveis à segurança alimentar, e de quebra provocará o corte rente ou, pior, o incêndio das florestas nativas. Aliás, elas já sofrem por causa da retirada predatória de lenha e da produção selvagem de carvão vegetal. Esse perigo existe, mas em vários países a agroenergia pode aspirar a um belo futuro contribuindo, além disso, para o desenvolvimento rural virtuoso, isto é, criador de inúmeras oportunidades de trabalho decente (SACHS, 2010, p. 31).

Neste cenário, a UNICA fortalece seu discurso sobre o potencial deste segmento para o desenvolvimento sustentável:

Hoje podemos dizer que esta planta extraordinária não pode mais ser descrita apenas pelo nome de cana-de-açúcar, mas também poderia ser chamada de cana-de-etanol e cana-de-bioeletricidade. Amanhã ela será também descrita como a cana-de-bioplásticos, a cana-de-biorefinarias e, quem sabe, a cana do-meio-ambiente (JANK, 2007, s.p.).

Deste modo, o setor sucroenergético se enaltece por produzir um combustível com potencial de reduzir a emissão de CO<sup>2</sup>, o etanol.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, devido a pressões econômicas e políticas neoliberais, este setor, ao perceber que maquiar a realidade e negar as críticas seria algo que colocaria em risco suas atividades, busca maneiras de promover o desenvolvimento sustentável por meio da expansão territorial do setor sucroenergético que ganha ares de espetáculo em relação à criação e difusão de fontes energéticas alternativas e a consequente implantação de políticas públicas de desenvolvimento do campo relacionadas com os agrocombustíveis, considerando a possibilidade de transição para o desenvolvimento sustentável por meio da expansão de uma nova matriz energética que visa o solo, e não o subsolo como base de combustíveis renováveis.

Deste modo, consideramos que a aliança entre os agentes de expansão neoliberal, no caso o Grupo BM, o Estado e o setor sucroenergético, altera as lógicas territoriais de desenvolvimento pela normatização – que ocorre sobre o viés neoliberal do estímulo a concorrência – e isso gera a continuidade da acumulação e concentração de terras, capitais e superexploração. Deste modo, o estímulo neoliberal não abandona a lógica do crescimento econômico e, o Estado, segue essa lógica ao aceitar as imposições do Grupo BM configurando-se como agente neoliberal no mais estrito sentido proposto por Dardot e Laval (2017).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, André Luis; TONETO-JÚNIOR, Rudinei; AZZONI, Carlos Roberto. Teremos que Trocar Energia por Comida? Análise do Impacto da Expansão da Produção de Cana-de-Açúcar sobre o Preço da Terra e dos Alimentos. Revista Economia, Selecta, Brasília (DF), v.9, n.4, p.39–61, dezembro 2008. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p39\\_61.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p39_61.pdf)> Acesso em 07/08/2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Crithian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Crithian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. Revista o olho na história. Nº 22, abril de 2016. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>>. Acesso em 23/01/2018.

EMBRAPA. O mundo rural no século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. BUAINAIM, Antônio Marcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander (orgs.) Brasília, DF: EMBRAPA, 2014. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/.../1/OMUNDORURAL2014.pdf>>. Acesso 12/01/2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. in: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (ORGS.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. in: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIM, Antonio. (Ed.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: editora da Unicamp, 2005.

GOES, Tarcisio; MARRA, Renner. A expansão da cana-de-açúcar e sua sustentabilidade. Cnptia – EMBRAPA, 2002. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Expansao\\_cana\\_Goes\\_000fjd7bwaq02wyiv809gkz51ll7qf66.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Expansao_cana_Goes_000fjd7bwaq02wyiv809gkz51ll7qf66.pdf)> Acesso em 23/05/2017.

GOLDEMBERG, José. Ethanol for a sustainable energy future. Science 9. February 2007: 315 (5813), 808-810. DOI:10.1126. Science.1137013, 2007.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997. O Estado num mundo em Transformações. Washington: World Bank, 1997.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidades. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013a.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2013b.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOUTART, François. A Agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital? Petrópolis: Vozes, 2010.

INTERNATIONAL PANEL on CLIMATE CHANGE, 2014. Climate Change 2014. Mitigation of Climate Change. Working Group III. Contribution to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. United Kingdom and New York, NY, USA. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/pdf/assessmentreport/ar5/wg3/ipcc\\_wg3\\_ar5\\_full.pdf](https://www.ipcc.ch/pdf/assessmentreport/ar5/wg3/ipcc_wg3_ar5_full.pdf)> Acesso em 12/09/2017.

JANK, Marcos. Discurso feito na cerimônia de premiação do prêmio Top Etanol. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/palavra-dopresidente/4303397592036406485/discurso-feito-na-cerimonia-de-premiacao-da-1-porcentoC2-por-centoAA-edicao-do-premio-top-etanol/>> Acesso em: 28/08/2017.

MANZATTO, Celso Vainer et. al. (orgs). Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Expandir a produção, preservar a vida, garantir o futuro. Documentos n. 110. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2009.

MARX, Karl. A miséria da filosofia. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. 2012. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: O campo no século XXI:

território de vida, de luta e de construção da justiça social. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros. (Orgs.). São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, ALENTEJANO, Paulo Roberto. Geografia agrária da crise dos alimentos no Brasil. Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=es>> Acesso em: 21/09/2017.

RAFESTTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SACHS, Ignacy. Barricadas de ontem, campos de futuro. Estudos avançados. Nº 21 (59). Dossiê teorias socioambientais: em busca de uma nova sociedade. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/revista/edicoes>> Acesso: 23/07/2016.

SACHS, Ignacy. A revolução energética do século XXI. Estudos avançados. Nº 21 (59). Dossiê energia. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/revista/edicoes>> Acesso: 23/07/2016.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Ed. Garamond, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEINBERGER, Marília. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In: STEINBERGER, Marília (org.). Território, Estado e políticas públicas espaciais. Brasília: Ler Editora, 2013.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DA CANA DE AÇÚCAR (UNICA). Impacto de uso da terra pode frear produção de etanol. Notícia UNICA. Boletim eletrônico, edição no 2673, 29 de outubro de 2010.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. EHLERS, Eduardo. 2009. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: MAY, Peter (org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática, 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus. 2009.

WHITACKER, Guilherme Magon. Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise do desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Tese. Departamento de Geografia. FCT – UNESP. Presidente Prudente-SP. 365fs. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150194/whitacker\\_gm\\_dr\\_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150194/whitacker_gm_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y)> Acesso em 6/12/2017.

WORLD BANK. Development Outreach. World Bank Institute. Biofuels Big potential for some... but big risks too. 2008. Disponível em:

<[http://siteresources.worldbank.org/INTOGMC/Resources/Biofuel\\_Dev\\_Outreac\\_Oct\\_2008.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTOGMC/Resources/Biofuel_Dev_Outreac_Oct_2008.pdf)> Acesso em 23/09/2017.

WORLD BANK. World development report 2008: agriculture for development. Washington, D.C.: The World Bank, 2008. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/WDR\\_00\\_book.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/WDR_00_book.pdf)> Acesso em: 14/12/2017.

WORLD BANK. Agriculture, Rural Development, and Pro-poor Growth: Country Experiences in the Post-Reform Era. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. Washington, USA, 2005. Disponível em: <[http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/PPG\\_final.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/PPG_final.pdf)> Acesso em: 05/10/2017.